

PODER EXECUTIVO D.O. 23/6/75



ESTADO DE MATO GROSSO

LEI № 3 632 DE 20 DE junho DE 1 975

Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Fundação Cultural de Mato Grosso.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Esta do decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado as instituir a FUNDAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, entidade autônoma de âmbito-estadual e duração indeterminada, que se regerá por esta lei e por estatutos aprovados por Decreto do Governador do Estado.

Artigo 2º - A Fundação, com sede e fôro na cida de de Cuiabá, gozará de autonomia e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da qual serão partes integrantes os estatutos e o decreto que o aprovar.

Artigo 3º - A Fundação terá por objetivo o plane jamento, execução e supervisão de programas culturais, estimulando por todas as formas as manifestações da cultura regional, incentivando, adquirindo, mantendo e conservando o bras de caráter artístico-cultural para a constituição do seu acervo e patrimônio.

Artigo 4º - A manutenção da Fundação Cultural de Mato Grosso, bem como o seu patrimônio serão asseguradas:

Mato

I - Pelas subvenções que anualmente lhe serão destinadas no orçamento estadual;

II - Pelas doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estados, Municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - Pelas doações de bens móveis e imóveis do domínio do Estado, autorizada por lei;

IV - Pelos bens e direitos que no ato constituti vo da Fundação forem doados por outras entidades interessadas nos seus objetivos;

'V - Pelas rendas em seu favor instituidas por terceiros;

VI - Pelas receitas provenientes de taxas e remu nerações por prestação de serviços;

VII - Pelas rendas dos imóveis que possua ou este jam sob sua administração;

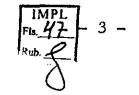
VIII - Pelas rendas de diversas origens como as de bilheterias e de assinaturas de festivais ou temporadas artíst \underline{i} cas;

IX - Pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários.

Artigo 5° - As obras de arte, documentos históricos e outros objetos de valor cultural que forem adquiridos pela Fundação ou a ela doados serão inalienáveis.

Artigo 6º - São órgãos da Fundação: o Conselho - Deliberativo, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, cujas atribuições serão definidas nos seus Estatutos.

§ 1º - O Conselho Deliberativo é constituido de 05 (cinco) membros, dos quais o Secretário de Educação e Cultura, o Presidente da Fundação e o Diretor Executivo são membros natos, e mais 02 (dois) membros de livre nomeação do Governador do Estado, escolhidos entre pessoas de ilíbada reputação e notória competência.



§ 2º - O Secretário de Educação e Cultura é Presidente nato do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho Delibe rativo, exceto o dos seus membros natos, é de 02 (dois) anos po dendo ser reconduzidos.

§ 4º - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros, escolhidos e nomeados livremente pelo Governa dor do Estado, com mandato de O2 (dois) anos, podendo ser recon duzidos.

Artigo 7º - O Presidente da Fundação será esco lhido e nomeado livremente pelo Governador do Estado.

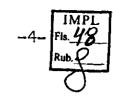
Artigo 8º - A estrutura administrativa, bem como o Quadro de servidores da Fundação, com seus respectivos salá rios, serão fixados pelo Conselho Deliberativo, e a admissão de pessoal será feita pelo Presidente da Fundação, com a aprovação do mesmo Conselho.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Fundação e Departamento de Cultura da Secreta ria de Educação e a Biblioteca Pública Estadual com seus servi dores, acervo e dotações orçamentárias.

Artigo 10 - Nos termos do Artigo 3º do Lei Federal nº 900, de 29 de setembro de 1.969, não constitue a Fundação entidade da administração estadual indireta, ficando, todavia, sujeita á supervisão da Secretaria de Educação e Cultu ra, supervisão essa que será exercida na forma prevista na nº alinea "b", do item IV do artigo 26 do Decreto Lei Federal 200, de 25 de fevereiro de 1 967.

Artigo 11 - A prestação de contas anual da Funda cão será remetida ao Tribunal de Contas do Estado, depois de a provada pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 12 - O regime jurídico do pessoal da Fun dação será o da legislação trabalhista.



Artigo 13 - Em caso de dissolução os bens da Fun dação serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Artigo 14 - Fica aberto um crédito especial de CR\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros),com a validade de 02 (dois) exercícios, que o Estado transferirá à Fundação para a tender às despesas de quaisquer naturezas com a sua instituição, instalação e funcionamento.

Parágrafo Unico - A despesa decorrente de aber tura do crédito especial correrá à conta do cancelamento de igual importância na dotação 0907 - 3.2.2.0- Subvenções Econômi cas do vigente orçamento.

Artigo 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 20 de junho de 1.975 154º da Independencia e 87º da República.

Registrada as fls. 26 Pv. à 271, do li-vo competente. fla-28.04.86.